

**EMPRESÁRIOS, SENHORAS, FARDAS E ESTOLAS: A CAMPANHA DA CLASSE
DOMINANTE PELO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

**HOMBRES DE NEGOCIOS, DAMAS, UNIFORMES Y ESTOLAS: LA CAMPAÑA DE LA
CLASE DOMINANTE PARA EL GOLPE CÍVICO-MILITAR DE 1964**

**BUSINESSMEN, LADIES, UNIFORMS AND STOLE: THE RULING CLASS CAMPAIGN
FOR THE CIVIL-MILITARY COUP OF 1964**

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.59082>

Marlon Rodrigues Marques¹

Resumo: O artigo analisa o papel de parcela importante de religiosos e leigos católicos aliados à classe dominante no patrocínio, organização e execução das grandes mobilizações que culminaram na destituição de João Goulart e no golpe civil-militar de 1964. Demonstramos que eventos como a Cruzada do Rosário em Família e a Marcha da Família com Deus pela liberdade foram gestadas na antessala de aparelhos privados de hegemonia como as Ligas Femininas e o complexo IPES/IBAD. O ativo engajamento de leigos e religiosos católicos nesse processo sinaliza que parcela do catolicismo brasileiro não só aderiu à solução autoritária como também ajudou a construí-la através de uma campanha de desestabilização que aliava medo, conservadorismo e politização da fé.

Palavras-chave: Classe Dominante; Ditadura; Igreja Católica; Campanha de desestabilização; Religiosos.

Resumen: El artículo analiza el papel de un número significativo de religiosos y laicos católicos aliados a la clase dominante en el patrocinio, organización y realización de las grandes movilizaciones que culminaron con el derrocamiento de João Goulart y el golpe cívico-militar de 1964. Demostramos que eventos como la Cruzada Familiar del Rosario y la Marcha de la Familia con Dios por la Libertad se gestaron en la antesala de aparatos hegemónicos privados como las Ligas Femeninas y el complejo IPES/IBAD. La participación activa de laicos y religiosos católicos en este proceso indica que una parte del catolicismo brasileño no sólo se adhirió a la solución autoritaria, sino que ayudó a construirla mediante una campaña de desestabilización que combinó el miedo, el conservadurismo y la politización de la fe.

Palabras clave: Clase dominante; Dictadura; Iglesia católica; Campaña de desestabilización; Religioso.

Abstract: The article analyzes the role of a significant number of Catholic religious and laypeople allied to the ruling class in sponsoring, organizing and carrying out the great mobilizations that culminated in the ousting of João Goulart and the civil-military coup of 1964. We have shown that events such as the Rosary Crusade in the Family and the March of the Family with God for Freedom were gestated in the antechamber of private hegemonic apparatuses such as the Women's Leagues and the IPES/IBAD complex. The active engagement of lay and religious Catholics in this process signals that part of Brazilian Catholicism not only adhered to the authoritarian solution, but also helped to build it through a destabilization campaign that combined fear, conservatism and the politicization of faith.

Keywords: Dominant class; Dictatorship; Catholic Church; Destabilization campaign; Religious.

Introdução

O artigo a seguir analisa o papel de parcela importante de religiosos e leigos católicos aliados à classe dominante no patrocínio, organização e execução das grandes mobilizações que culminaram na destituição de João Goulart e no golpe civil-militar de 1964. Demonstramos que eventos como a Cruzada do Rosário

em Família e a Marcha da Família com Deus pela liberdade foram gestados na antessala de aparelhos privados de hegemonia como as Ligas Femininas e o complexo IPES/IBAD. O ativo engajamento de leigos e religiosos católicos nesse processo demonstra que parcela do catolicismo brasileiro não só aderiu à solução autoritária como também ajudou a construí-la através de uma campanha de desestabilização que aliava medo, conservadorismo e politização da fé.

É necessário frisar que pretendemos abordar o tema a partir da categoria de totalidade tal qual elaborada por Karl Marx. Sendo assim, implica dizer que nossa atitude historiográfica relaciona os aspectos ontológicos e epistemológicos do objeto pesquisado (MARX, 2008). Portanto, entendemos que a instituição católica não é isolada, pois constitui e é constituída pela dimensão complexa da realidade social, se inter-relaciona com as multifacetadas organizações da sociedade civil, forma seus próprios intelectuais orgânicos, estrutura vontades coletivas de grupos dominados e dominantes (GRAMSCI, 2000, p.11-109). Em outro aspecto, é preciso mencionar que nosso foco é a reciprocidade entre a classe dominante e os religiosos católicos na produção do consenso em torno de projetos de grupos dominantes (MENDONÇA, 2014, p.17).

Por isso, ao nos questionarmos sobre o papel de religiosos católicos na derrocada de João Goulart e na consolidação do regime autoritário, não ficamos restritos ao âmbito dos assuntos religiosos, também não tentamos desvendar as motivações de leigos e clérigos ainda que haja alguns elementos que possam apontar a direção. Interessam os elos da sociedade civil e política construídos e intermediados por esses religiosos. Por esse motivo, nosso *corpus documental* não se restringe aos documentos produzidos pelos religiosos do período, pelo contrário utilizamos uma série de jornais, arquivos do Fundo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e da Campanha da Mulher pela Democracia bem como uma série de bibliografias complementares.

Um embrião do golpismo: do proselitismo de um padre às Cruzadas do Rosário em Família

O início das Cruzadas do Rosário em Família deriva, em larga medida da atuação proselitista de seu fundador, o padre irlandês Patrick Peyton. Em 1941, padre Peyton começou a publicizar a oração do rosário: conversava com seus fiéis, enviava cartas a bispos, padres e leigos sempre relatando que havia encontrado a cura de sua tuberculose através da oração. Nas cartas e sermões pedia que fossem realizadas correntes de oração à mãe de Deus, pedindo também o fim da Segunda Guerra Mundial (GUISOLPHI, 2013, p.58).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o sacerdote passou a propagar a oração do rosário como forma de manter as famílias unidas. Foi nesse período que diversas dioceses dos Estados Unidos da América organizaram eventos para divulgar a oração do rosário aceitando o convite de padre Peyton. A profusão pública de padre Peyton alcançou níveis extraordinários no país graças a seus relacionamentos com a classe artística e o amplo patrocínio que recebeu de empresários de Wall Street e dos conglomerados de mídia norte-americanos como a *Mutual Broadcasting System* (MBS) e a rádio Billboard. (GUISOLPHI, 2013, p.59-63).

Porém, a mundialização dos movimentos encapados pelo padre viria quando a própria CIA e o governo americano enxergaram nesses eventos, e na massiva adesão popular a eles, uma oportunidade de propagar o anticomunismo e combater o desenvolvimento de movimentos de esquerda. Nesse sentido, é sintomático que a chegada de padre Peyton no Brasil tenha ocorrido no ano de 1962, período em que os brasileiros se preparavam para as eleições de governadores e deputados.

As eleições foram acompanhadas de perto pelos Estados Unidos, pois enxergavam no pleito a possibilidade de exercer alguma influência em nível estadual e parlamentar em favor de seus projetos, já que encontravam naquele momento barreiras estabelecidas no executivo federal. Em fevereiro de 1962, a mensagem do presidente Kennedy a Fowler Hamilton, que administrava a Agência para o Desenvolvimento Internacional clarifica as estratégias estadunidenses:

Acho que devemos fazer alguma coisa de natureza favorável ao Brasil antes da eleição no próximo outono, que vai ser crucial. Talvez pudesse propor um projeto de alimentos, água ou outro qualquer. É bom você falar com Ted Moscoso sobre isso e depois discutir o assunto comigo. (KENNEDY, 1962 *apud* PARKER, 1977, p.46-47).

Os montantes significativos de recursos vindos dos norte-americanos serviram para financiar projetos e candidaturas conservadoras na expectativa de que combatessem os concorrentes alinhados à esquerda (PARKER, 1977, p.46-47). Apesar de alguns recursos terem sido introduzidos legalmente por via da Aliança para o Progresso, a maior parte deles foi escamoteada e intermediada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e suas sucursais a Ação Popular Democrática e a Sales Promotion Inc (LANGGUTH, 1979, p.80-81).

Para René Dreifuss, as campanhas de outubro de 1962 foram mais afetadas que as anteriores no que se refere à influência dos patrocinadores. O complexo IPES/IBAD destinou sólida assistência aos candidatos da direita e da centro-direita. Os auxílios financeiros chegavam aos candidatos de diversas maneiras, envolviam desde a ajuda monetária direta até o fornecimento de materiais onerosos como transporte, tempo de rádio e televisão, espaço nos jornais e materiais de propaganda. A elite orgânica também fornecia amparo intelectual como discursos prontos para o grande público e intervenções no Congresso (DREIFUSS, 1981, p.329).

O envolvimento de organizações e associações no financiamento ilegal era amplamente conhecido por Lincoln Gordon embaixador americano no Brasil, foi ele o responsável por informar a Central Intelligence Agency (CIA) que através delas seria possível fazer o aporte financeiro ilegal para campanhas políticas (LANGGUTH, 1979, p.80-81). Conforme evidenciou Dreifuss, desde 1948 quando os americanos interferiram nas eleições e no restabelecimento da Democracia Cristã na Itália, a CIA mantinha fundos políticos. O próprio embaixador Lincoln Gordon afirmou que durante o pleito eleitoral de 1962, empresas e altos funcionários americanos reuniram cerca de cinco milhões de dólares destinados às campanhas de adversários de João Goulart e seu programa de reformas de base (DREIFUSS, 1981, p.330).

Durante o pleito eleitoral a estrutura interconectada ao IBAD foi responsável por apoiar financeiramente cerca de mil candidaturas, entre 250 candidatos a cargos de deputados federal, 600 a deputado estadual, 15 senadores e oito governadores (LANGGUTH, 1979, p.80-81). Mais de um terço da

legislatura formada nas eleições de 1962 teve apoio do complexo financeiro ilegal montado (DREIFUSS, 1981, p.331).

Os autores Richard Antczak e Laura Goldschmidt, indicam que a CIA foi convencida a financiar as incursões da Cruzada pelo Rosário por influência do empresário da *W.R. Grace and Company*, J. Pater Grace, que além de interesses econômicos especificamente nos ramos do açúcar, mineração e transportes na América Latina, também era um católico fanático defensor obstinado da ordem capitalista/conservadora. O contato de J. Pater Grace com a CIA desenvolveu-se especificamente com seu diretor Allen Dulles. Desde então, a agência de inteligência passou a destinar verbas na ordem de 500 mil dólares para as campanhas na América Latina (ANTCZAK; GOLDSCHMIDT, 2014, p129-130).

Como salienta Anderson Guisolphi, padre Payton enxergou nos bilhões de dólares investidos pelos Estados Unidos na América Latina através da Aliança pelo Progresso e da *United States Agency for International Development* (USAID), uma oportunidade para expandir as Cruzadas para o continente (GUISOLPHI, 2013, p.92-93). A escolha de Peyton em empreender a primeira Cruzada do Rosário no Brasil justamente na capital de Pernambuco alude para uma das finalidades do padre não tácitas em momentos anteriores, ou seja, a de interferir nos processos políticos. O estado era palco da principal disputa política entre candidatos a governadores. De um lado estava Miguel Arraes, candidato nacional reformista de projeção não só em Pernambuco, mas um possível nome para disputar a presidência e, de outro, João Cleofas, conservador ligado ao consórcio de urânio Orquima S/A (DREIFUSS, 1981, p.331-332).

Na capital pernambucana, padre Peyton buscou contatos em corporações que pudessem auxiliar na divulgação, segurança e infraestrutura principalmente no dia 16 de setembro quando ocorreria o ápice do encontro no Parque 13 de Maio (ROSÁRIO, 1962, p.1). No dia 1º de agosto de 1962, o padre, juntamente com o chefe do Estado Maior do IV exército, coronel João Sarmiento, e do diretor de relações públicas do clube dos lojistas, Gabriel Figueiredo, participou de uma homenagem a Oscar Amorim, presidente da Associação Comercial. Na ocasião, Peyton explicou as finalidades da Cruzada do Rosário e buscou apoio para a realização do evento (LOJISTAS, 1962, p.14).

Oito dias depois, em 9 de agosto, Peyton se reuniu com os capelães militares estando presentes os padres João Batalho, capelão do quartel general do IV Exército; Joaquim de Oliveira, do 14º R.I; José Barbosa, da Escola de Aprendizes Marinheiros; Carmelo Raposo, da Base Aérea; e Antônio Alves, do Hospital da Polícia Militar do Estado. No dia seguinte, o líder das cruzadas se encontrou com professores secundaristas no auditório da Secretaria de Educação e Cultura, estando presente o professor Lourival Vilanova, que encerrou a reunião fazendo um apelo aos colégios para que colaborassem com a cruzada (REUNIÃO, 1962, p.18).

Em 15 de agosto de 1962, o jornal *Diário de Pernambuco* continuou noticiando as reuniões do padre, com destaque para a conversa de Peyton com um grupo de industriais que seria realizada na Faculdade de Filosofia do Recife (ROSÁRIO, 1962, p.15). Três dias após o encontro com o setor industrial, em 18 de agosto, veiculou-se que a categoria ajudaria nas despesas da cruzada. Ficaram empenhados no auxílio financeiro os industriais João Azevedo, Jorge Batista da Silva, Gabriel Figueiredo, Alfredo Figueiredo e

Antiógenes Chaves, além do professor Costa Porto e do desembargador Rodolfo Aureliano (INDUSTRIAIS, 1962, p.3).

Um dia após ter garantido a colaboração dos industriais, foi a vez de Peyton procurar adesão no Sindicato dos Proprietários de Empresas de Ônibus e na Rede Ferroviária do Nordeste (NOTICIÁRIO, 1962, p.11). No dia 11 de setembro de 1962, portanto, cinco dias antes da maior concentração da Cruzada do Rosário em Família, o Diário de Pernambuco veiculou que haveria transporte gratuito para o evento. Cerca de 500 ônibus da empresa privada CTU iriam trafegar das 13 às 15 horas gratuitamente “conduzindo o povo do subúrbio para ouvir a palavra do padre Peyton.” (TRANSPORTE, 1962, p.5).

Um dos maiores representantes da Cruzada no Brasil, o secretário Padre Quinn foi o responsável por fazer contato com os políticos. Foi dele a tarefa de convidar o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, para participar da concentração no Parque Treze de Maio. Em 12 de Setembro, padre Quinn e o industrial Alfredo de Figueiredo foram ao palácio fazer o convite (CID RECEBE, 1962, p.5). Por fim, falta ainda mencionar a grande parceria da cruzada com a mídia local. Foram diversas matérias publicadas nos periódicos *Última Hora* e *Diário de Pernambuco*. O *Diário de Pernambuco* chegou não apenas a retratar o passo a passo da organização do evento, como também fez massiva campanha de divulgação e convocação para o último dia no 16 de setembro de 1962.

Com o grande aparato montado, graças às aproximações de Peyton com a CIA, a classe política e a burguesia local, o momento final da Cruzada do Rosário em Recife foi um sucesso. O Parque 13 de Maio recebeu cerca de 600 mil fiéis, vários vindos do interior de Pernambuco e muitos deles de outras capitais do Nordeste, como Natal, João Pessoa e Maceió. Das autoridades presentes estavam o arcebispo de Olinda, D. Carlos Coelho; o governador Cid Sampaio; o almirante Arnaldo Toscano; o general e comandante do IV exército, Artur da Costa e Silva; o vice-governador Pelópidas Silveira; o deputado e presidente da Assembleia legislativa Paulo Guerra; o desembargador Rodolfo Aureliano, além parlamentares e cônsules residentes em Recife, e representantes dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas (MULTIDÃO, 1962, p.3).

Quatro dias após a grande concentração, padre Peyton deixou a cidade do Recife rumo ao Rio de Janeiro (ADEUS, 1962, p.2). Segundo o padre Quinn, a repercussão da incursão da cruzada do rosário em família na capital pernambucana foi bastante positiva. Ele, juntamente com Peyton, recebeu diversas congratulações de personalidades pernambucanas, como a do coronel Artur da Costa e Silva. Vale mencionar ainda que, antes mesmo da grande concentração em Recife e da partida para o Rio de Janeiro, no dia 8 de setembro de 1962, padre Peyton e padre Quinn disseram ter participado de um banquete em Beverly Hills Hotel com o intuito de comemorar os 20 anos da Cruzada do Rosário em Família reunindo celebridades norte-americanas como: Bob Hope; Loretta Young; Bing Crosby; o ex-vice-presidente dos EUA, Richard Nixon; e cardeais de outros 5 continentes (PADRE, 1962, p.10).

Na capital carioca, muitos dos processos de organização da Cruzada do Rosário em Recife se replicaram. No dia 25 de setembro de 1962, o padre do rosário convocou uma reunião com a imprensa, rádio, televisão e industriais no Automóvel Clube para lançar o empreendimento religioso. Dois dias depois, em 27 de setembro, Peyton tinha agenda marcada com os sacerdotes e demais membros da hierarquia

religiosa na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Já no dia 2 de outubro, o sacerdote realizou uma reunião com professores da Guanabara no Teatro Municipal (PADRE, 1962, p.10)

Efetivamente a imprensa carioca cobriu com intensidade a cruzada, boa parte dos principais jornais na Guanabara seguiram atentamente os trâmites do padre Peyton e de sua saga religiosa. Próximo ao dia 16 de dezembro, data em que estava marcada a apoteose da cruzada na igreja da Candelária na Avenida Presidente Vargas, os jornais já haviam estampado 26 convocatórias para o ato. O jornal *Semanário*, crítico implacável da Cruzada do Rosário e de padre Peyton, estima que somente em anúncios na imprensa escrita tenham sido gastos 50 milhões de cruzeiros (PADRE, 1962, p.7). Fora a excessiva campanha nas gazetas de notícias, outras ações de propaganda foram efetuadas. A mais significativa foi a instalação de um rosário luminoso gigante no Cristo Redentor. O rosário que media 30 metros e era formado por lâmpadas de 70 Watts exigiu o trabalho do Departamento de Turismo e a colaboração da Philips do Brasil e da General Eletric. (ROSÁRIO, 1962, p.4). Até mesmo Edson Arantes do Nascimento (Pelé), participou das ações de propaganda. Após a partida entre Brasil x União Soviética ele convocou os torcedores e todos os brasileiros para que comparecessem à Cruzada do Rosário para assistir à fala de Padre Peyton (PADRE, 1962, p.4).

Conforme as ações de propaganda se desenrolaram, a crescente expectativa de público exigiu uma infraestrutura de transporte e de acomodações por parte da organização. Essa demanda foi superada graças à colaboração de várias organizações privadas e dos governos federal e estadual. Entre as principais medidas de infraestrutura estavam a elaboração de um plano de trânsito pelo Departamento de Turismo, o aumento das linhas de transporte urbano garantidos pelas empresas Light, Central e Leopoldina, e a instalação de 2 mil alto-falantes na Avenida Presidente Vargas, para que todos pudessem ouvir a pregação de padre Peyton, e a cessão de água em postos volantes. (30 MIL, 1962, p.10)

Também foi firmado que haveria três postos de socorro com auxílio dos escoteiros e bandeirantes, três ambulâncias equipadas e vigilância total por parte da polícia. Para acomodar os convidados de honra, um palanque com 1500 cadeiras foi montado. A ampla infraestrutura aliada à máquina de propaganda tornou a cruzada, mais do que um evento religioso, um acontecimento público e político. Dessa forma, assim como havia ocorrido no Recife, na Guanabara várias personalidades públicas estiveram no palco principal da concentração na Candelária para rezar o terço cujos mistérios foram dirigidos pelo governador Carlos Lacerda; o deputado Lopo Coelho; o desembargador Sady de Gusmão; o camponês Valdomiro Lopes e o operário Anchieta, coordenador do Círculo Operário (PADRE, 1962, p.16). Como resultado dos meses de preparação que antecederam a Cruzada, novamente um número expressivo de fiéis compareceu ao evento. Mais de um milhão de pessoas acompanharam a missa, a pregação de Peyton e rezaram o terço em torno da Candelária. Nos impressos, as manchetes classificaram o Rio de Janeiro como a “capital da fé.” (MENSAGEM, 1962, p. 15).

Não é preciso adentrarmos aos proscênios das Cruzadas do Rosário em Família nos anos de 1963, ocorridas em Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Os mesmos processos de articulação foram replicados nas demais capitais brasileiras como singularmente evidencia o trabalho de Jose Guisolphi (2013). A metodologia organizacional de padre Peyton nos primeiros eventos ocorridos no Brasil nas cidades de Recife e Guanabara esclarecem que essas manifestações religiosas eram estruturadas principalmente graças

ao empenho de intelectuais orgânicos do catolicismo, da CIA, da classe dominante brasileira e de parcela da elite política.

Ao prover os recursos necessários para a realização das Cruzadas do Rosário em Família no Brasil, a classe dominante nacional e transnacional tinha dois objetivos: o primeiro, era popularizar uma ideologia anti-comunista, pró-capitalista e liberal; o segundo talvez com implicações mais práticas, era facilitar a vitória de candidatos de direita e extrema direita nas eleições de 1962. Porém, o relativo sucesso do campo de esquerda e do trabalhismo frustrou a segunda expectativa.

Em São Paulo, Jânio Quadros e José Bonifácio Coutinho Nogueira foram derrotados por Adhemar de Barros. No Rio de Janeiro, Badger da Silveira (PTB) foi eleito governador tendo como vice o candidato da mesma coligação Eloy Dutra (PTB-PSB). Os cariocas também deram vitória expressiva para Leonel Brizola, que pleiteava uma cadeira no parlamento como deputado federal. No estado de Sergipe, João Seixas Dória se elegeu defendendo uma plataforma nacional reformista. Superando as adversidades e a campanha difamatória de Cléofas, Miguel Arraes venceu em Pernambuco (DREIFUSS, 1981, p.335-338).

No Senado, os progressistas também obtiveram bom resultado, com 21 cadeiras para o PSD e 18 para o PTB. Enquanto isso, a UDN viu seu número de senadores reduzidos para 15. Na Câmara dos Deputados, o PSD formou a maior bancada, com 119 cadeiras, seguido pelo PTB, com 104 parlamentares, e a UDN ficou apenas com a terceira posição, com 97 deputados. Desta forma, as eleições demonstraram um eleitor afeito aos projetos da esquerda e do trabalhismo, o que sinalizou para as classes dominantes que uma mudança nas políticas do Estado, só seriam alcançadas através da imposição (DREIFUSS, 1981, p.335-338).

Ainda assim, as Cruzadas do Rosário em Família patrocinadas em 1963 nas cidades de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre demonstram que as classes dominantes não estavam dispostas a abrir mão do artifício religioso como estratégia de convencimento político. O desafio era mobilizar os sentimentos de fé e transformá-los em ação política capaz de desequilibrar o bloco hegemônico representado por João Goulart e abrir brechas para a consolidação do regime autoritário, ou seja, para a imposição.

Do lar às ruas: senhoras, sacerdotas e a ação política da classe dominante

Os estudos que investigam a participação de parcela da sociedade civil no golpe dedicaram boas páginas a abordar a participação feminina nesse processo. (SOUSA, 2018, p.391-392). Nessa ótica, tão importante quanto analisar a ajuda financeira que setores do empresariado conferiram às ligas femininas é fundamental compreender a *expertise* intelectual e estrutural que a Igreja Católica forneceu através de seus clérigos a essas senhoras organizadas. É este ponto que aspiramos abordar nessas linhas a seguir, muito embora restritos às experiências que se desdobraram da inter-relação entre ipesianos, intelectuais católicos, Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE-RJ), União Cívica Feminina (UCF-SP) e Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE-MG). A escolha deste recorte deve-se ao fato de que essas experiências ocorreram nos maiores centros urbanos do país e que, por isso, possuíam grande impacto político.

Conforme descreve Janaina Cordeiro (2008), no início da década de 1960, surgiram por todo país entidades cívicas femininas que se apresentavam publicamente como mães, esposas e donas de casa, de perfil conservador e anticomunista. Tinham como finalidade principal “alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideias sempre defendidos no Brasil cristão e democrático.” (CORDEIRO, 2008, p. 30).

O primeiro grupo deste tipo a surgir no cenário nacional foi a União Cívica Feminina em São Paulo, suas reuniões inaugurais deram-se ainda em 1961, mas apenas em 1962 se organizaram como entidade cívica (CORDEIRO, 2008, p.30). O grupo feminino se institucionalizou depois de uma série de palestras patrocinadas pela Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), os encontros tinham forte apelo anticomunista e lotavam auditórios com a presença feminina. Entre os patrocinadores das conferências da (SEI) estavam professores, líderes católicos, intelectuais e empresários paulistas, entre eles o ipesiano Wladimir Lodygensky, que repassava informações dos movimentos sindicais ao instituto (SIMÕES, 1985, p.29). A colaboração e patrocínio do IPES foi primordial para a fundação da UCF como a própria entidade reconhece em seu relatório:

(...) aqueles empresários já haviam levado a seus lares o grande problema, familiarizando suas senhoras com aquele estado de coisas (...) aquela primeira reunião do grupo que se tornaria a UCF contou com várias senhoras cujos maridos pertenciam ao IPES, direta ou indiretamente (SIMÕES, 1985, p. 29).

Em entrevista realizada no ano de 2006, uma das sócias e fundadoras da UCF-SP Maria Violeta Souza Leite, revela que a ideia de organizar o grupo feminino partiu dela quando ainda prestava serviços como tradutora, intérprete e secretária do IPES-Sp. Na ocasião, Maria Violeta diz ter tido contato com relatórios produzidos por membros do instituto que atestavam para a possibilidade concreta de comunização do Brasil, foi então que passou a convencer os homens do IPES a patrocinarem as incursões femininas (SESTINI, 2008, p.33).

Mesmo sem uma sede própria, não por falta de recursos, mas por estratégia para evitar possíveis represálias, a UCF-SP se estruturou e a iniciativa de formar grupos femininos para combater o comunismo e preservar a família e os valores cristãos ganhou outras cidades do Brasil. “A dinamização das demais entidades em outros estados e cidades brasileiras sempre acontecia com nomes diferentes, para dificultar uma possível perseguição política por parte do governo de João Goulart.” (SESTINI, 2008, p. 35).

Porém, se os nomes de cada liga feminina eram diferentes, a estratégia de elaboração, fomento e estruturação dos grupos parece resguardar elementos comuns, como os valores cristãos acentuadamente compartilhados e a proximidade com empresários, líderes ipesianos e militares da alta patente. Para Heloísa Starling, as organizações femininas foram custeadas, organizadas e orientadas politicamente pelo IPES em vários estados do país. Essas senhoras, que atuavam de modo semelhante, não iam às ruas como cidadãs, mas como mães, esposas, noivas, irmãs e filhas. Assim, a classe dominante organizada recorreu à “mística feminina” para empreender uma ampla campanha contra o governo de Goulart (STARLING, 1986, p.153-154).

O elo entre líderes ipesianos e os movimentos femininos era tão expressivo que o parentesco com filiados ao instituto passou a ser um dos pré-requisitos para a formação dos comitês diretores. Isso se processou tanto na UCF, quanto na CAMDE e em outras ligas femininas. Outro critério importante para formação dos quadros de lideranças era de que a mulher tivesse como função principal ser “dona de casa”, não exercendo na maioria das vezes atividade remunerada. (SIMÕES, 1985, p. 46).

Na organização paulista União Cívica Feminina, a primeira presidente foi Regina Figueiredo da Silveira, irmã de João Batista Leopoldo Figueiredo, que era presidente do IPES, membro, orientador e conselheiro diretor do Comitê Executivo e do Conselho Executivo Nacional do instituto. O cônjuge de Regina Silveira, Oswaldo Breyne da Silveira era outro importante membro do IPES-SP e exercia atividades no Grupo de Ação e Estudos e no Comitê Diretor, foi também filiado à União Democrática Nacional (UDN) e conselheiro de Entidades Democráticas (CED) (SIMÕES, 1985, p.48).

Outras mulheres que tiveram postos de comando na UCF e que possuíam vínculos parentais com líderes ipesianos foram Grace Ulhoa Cintra e Yvette Silveira Carvalho, que ocupou a 3º presidência da UCF e, posteriormente ao golpe civil-militar, tornou-se presidente do grupo. Yvette Silveira Carvalho era irmã de Oswaldo Breyne da Silveira, empresário e membro ipesiano. Por sua vez, Grace Cintra era esposa do professor Ulhoa Cintra, que foi reitor da Universidade de São Paulo (1960-1963) e membro do IPES-SP, tendo se tornado, posteriormente ao golpe civil-militar, secretário de Educação do estado de São Paulo na gestão Abreu Sodré (1967-1971) (SIMÕES, 1985, p.48).

A presidente do Movimento de Arregimentação Feminina, outra grande entidade do mesmo tipo, era Antonieta Pellegrini, irmã de Júlio Mesquita Filho, dono do *jornal O Estado de São Paulo*, órgão de imprensa patrocinado pelo IPES e que fazia intensa propaganda anticomunista e anti-Goulart. No Rio de Janeiro, a presidente da CAMDE era a senhora Amélia Molina Bastos, irmã de Antônio de Mendonça Molina, membro do Serviço Secreto do Exército e nome importante no IPES-RJ. Amélia Bastos era casada com Virgílio Alves Bastos, general-médico. A presidente da CAMDE também era cunhada do general Justino Alves Bastos, comandante do IV exército. A vice-presidente da CAMDE, Dona Eudóxia Ribeiro Dantas era casada com o membro do Conselho Orientador Regional e Nacional do IPES, o empresário José Bento Ribeiro Dantas, presidente do Cruzeiro do Sul e do Centro das Indústrias do Rio de Janeiro (SIMÕES, 1985, p.46-48).

A vice-presidente e, posteriormente, presidente da LIMDE em Belo Horizonte, Ana Maria Bragança, era outra a ter fortes vínculos com generais e conspiradores ipesianos, sendo casada com Elcino Lopes Bragança e cunhada do general José Lopes Bragança. Lydia Magon Villar, membra da diretoria, era esposa de Aluísio Aragão Villar, líder do IPES mineiro. Outras componentes do conselho da LIMDE eram Julieta Macedo e Gilda Bernardes, a primeira era mulher de Josafá Macedo, grande latifundiário, banqueiro, presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais (FAREM) e membro do IPES. A segunda, Gilda Bernardes, era cônjuge de Gabriel Bernardes Filho, proprietário de terras, diretor da Cia. Força e Luz de Minas Gerais e vinculado ao IPES (SIMÕES, 1985, 46-48).

Igualmente importante aos profundos vínculos parentais entre as lideranças dos movimentos femininos com empresários, militares e membros do IPES era o relacionamento dessas senhoras com padres

e intelectuais católicos. Como pondera Dharana Sestine, o perfil de feminilidade das mulheres que na década de 1960 estavam organizadas nas ligas femininas era especialmente ditado por padrões ligados ao catolicismo. (SESTINI, 2008, p. 45).

Foi através da ação complementar de cônjuges, familiares e clérigos que as mulheres da classe dominante puderam justificar sua atuação pública e política. Em outros termos, parcela dessas senhoras foram convencidas e estavam empenhadas a agir para defender seus valores familiares e cristãos. (SESTINI, 2008, p. 35). Esse processo de convencimento e de estruturação para ação foi em grande medida alimentado pela estrutura do IPES e seus similares. No entanto, o envolvimento direto de sacerdotes na orientação e direção dos grupos femininos contribuiu em ampla medida para instigar os valores cristãos e torná-los propulsores para intervenções políticas como é perceptível ao observarmos os casos da CAMDE e da LIMDE.

No Rio de Janeiro, a CAMDE contou desde o princípio com o apoio do pároco de Ipanema Frei Leovigildo Balestieri. O sacerdote, conhecido como “padre pop e empresário”, chegou em Ipanema no ano de 1939, logo após a inauguração da Igreja Nossa Senhora da Paz. Pouco depois, fundou ao lado da igreja a Casa Nossa Senhora da Paz, que prestava serviços sociais à comunidade. Para sustentar a obra de caridade, o padre criou no subúrbio uma indústria de azulejos e tornou-se o controlador do guarda-volumes da Central do Brasil. Já no ano de 1952, inaugurou o Cine Pax. Em terrenos adjacentes à igreja, também abriu um rинque de patinação (o Gelorama), um boliche e um teatro de arena. Durante os anos 60, fez amplas campanhas de captação de recursos para as obras da Igreja. Dez anos depois, em 1970, tornou-se membro de um poderoso grupo empresarial que possuía investimentos nos ramos de hotelaria, turismo, exportação e até mesmo participação no Canecão (CASTRO, 1999, p.130-131).

Em 1973, o padre adquiriu o controle total da Corretora Libra, *trading company* que atuava no ramo de serviços do comércio exterior. Na mesma época, auge da especulação imobiliária em Ipanema, o sacerdote realizou várias reuniões com investidores para construir um hotel no terreno de uma Igreja. A ideia evoluiu e passou a ser considerada a construção de um *shopping*. Todavia, o empreendimento não foi à frente por conta de uma intensa campanha contrária do jornal *Pasquim* (CASTRO, 1999, p.130-131).

Não foi apenas no ramo empresarial que o frei Leovigildo Balestieri foi exitoso. O padre, juntamente com Glycon de Paiva e o general Antônio Mendonça Molina, foram mentores de Dona Amélia Molina Bastos, que foi impelida por eles a criar a Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia (CAMDE). A participação de frei Leovigildo foi fundamental, o padre não só forneceu sustentação intelectual como também abriu as portas da igreja de Nossa Senhora da Paz para a realização dos encontros do grupo (SIMÕES, 1985, p.90). Processo similar em relação ao apoio eclesiástico, deu-se na Liga da Mulher pela Democracia em Minas Gerais com os padres João Botelho e Caio Cândido de Castro, prestando assessoria intelectual ao grupo de mulheres. Os sacerdotes eram engajados na ala conservadora da Igreja mineira cujo maior expoente era o arcebispo de Diamantina D. Geraldo Proença Sigaud (GOVERNO, 2017, p.21).

O clérigo José Cândido de Castro era membro da Comissão Coordenadora do grupo Novos Inconfidentes, organismo que surgiu como uma das estratégias do IPES mineiro para expandir seu apoio

na esfera das elites tradicionais do estado e que para isso se apropriou de elementos da Inconfidência Mineira, legitimando desta forma a conspiração contra o governo janguista. Para além do apoio da ala ultramontana da Igreja Católica, que permitiu ao IPES/Novos Inconfidentes realizar sua pregação ideológica ao conjunto de organizações da igreja, alinharam-se ao grupo: militares, profissionais liberais, estudantes universitários, latifundiários e o empresariado mineiro (STARLING, 1986, p.88-90).

Da mesma forma que o padre Candido Castro, o clérigo João Botelho também mantinha estritas ligações com a classe dominante mineira. O sacerdote criou, em 25 de dezembro de 1956, o Movimento por um Mundo Cristão, ligado à Arquidiocese de Belo Horizonte. O MMC se definia como combatente das imoralidades, apoiador dos bons e sem qualquer finalidade política. Junto com Botelho, a cúpula decisória do grupo era composta pelo padre jesuíta João Botelho, José Candido de Castro (vice-presidente) e João Luís de Freitas (secretário). Porém, na prática, o MMC funcionou desde o princípio como um canal efetivo de doutrinação ideológica da opinião pública utilizando-se para isso dos mais variados meios de comunicação (STARLING, 1986, p.88-90).

Na televisão, o movimento contava com um horário semanal na TV Itacolomi, nas rádios eram transmitidos “Hora do Angelus” pela rádio Inconfidência e “Por um mundo Cristão” das emissoras Jornal de Minas e Itatiaia (STARLING, 1986, p. 216). Em 1958, dois anos após ter fundado o movimento, o padre João Botelho passou a contar com um jornal impresso, o “*Movimento por um Mundo Melhor*”, com tiragem de cerca de vinte cinco mil exemplares (STARLING, 1986, p. 216).

Essa infraestrutura de comunicação tornou o MMC de padre Botelho notadamente importante para as pretensões dos conservadores mineiros. Logo vieram as sistemáticas contribuições financeiras de empresários e comerciantes que chegavam ao movimento de várias formas. O empresário Aluizio Aragão Villar, por exemplo, tornou-se membro da organização, alguns industriais do ramo de tecido fizeram a assinatura do jornal “*Por um mundo Melhor*” e passaram a distribuir aos seus operários. A senhora Marie Carsalade Villela uma assídua militante de LIMDE e esposa de Bráulio Carsalade Villela (diretor da Belgo-Mineira e membro do IPES) cedeu ao movimento sua sede própria (STARLING, 1986, p.216-222). Não tardou para que o IPES/Novos Inconfidentes se tornasse parceiro do empreendimento, forjando uma identidade comum em defesa da moral cristã e da ordem. (STARLING, 1986, p. 217).

Os casos de Frei Leovigildo, e dos padres João Botelho e Cândido de Castro, denotam que os sacerdotes, embora no papel de dirigentes espirituais e mentores intelectuais na LIMDE, CAMDE e outros organismos católicos, eram também espécies de intermediários nas relações entre os interesses religiosos, a classe dominante e os fiéis.

O resultado da interação entre padres e mulheres da mais alta burguesia brasileira foi o aparecimento de organizações com plataformas políticas em que o teor além de fortemente anticomunista e anti-Goulart, agregava fundamentos do moralismo cristão que beirava o fanatismo religioso. Na declaração de princípios da LIMDE, a organização afirmava rejeitar com todas “as energias, históricas e atuais, da mulher mineira qualquer reforma ou mudança fundamentada por ideologias estranhas e antipatrióticas que não prezasse pelas raízes nacionais.” (ARQUIVO NACIONALb, 1964, p. 36).

É possível perceber que as intervenções políticas da CAMDE e da UCF se pautavam por princípios similares aos expostos na declaração da LIMDE, ou seja, por forte teor do moralismo cristão anticomunista. Logo após o momento de sua fundação, em 7 de agosto de 1962, as senhoras da CAMDE foram até a capital federal Brasília e levaram ao congresso 30 mil cartas pedindo para que não realizassem a delegação de poderes e o plebiscito que iria decidir entre parlamentarismo e presidencialismo (ARQUIVO NACIONALc, 1964, p.39).

Conforme aborda Janaina Cordeiro, as cartas enviadas pelos movimentos femininos procuravam apelar aos sentimentos de coragem e patriotismo político. Outro elemento apelativo era que essas senhoras falavam em nome da família brasileira, como mães e guardiãs. A autora ainda enfatiza que a antecipação do plebiscito para outubro de 1962 não ocorreu como inicialmente pretendia Goulart. Somente em janeiro de 1963 foi feita a consulta popular (CORDEIRO, 2009, p.59-60). Isso demonstra que a CAMDE e os movimentos femininos em geral já nas suas primeiras ações possuíam credibilidade política suficiente para interferir no curso da vida política nacional.

Este episódio é muito representativo do sentido das ações da CAMDE entre 1962 e 1964, qual seja, a mobilização a opinião pública para a causa anticomunista e, ainda que não explicitamente, contra o governo Goulart. (...) enfim, onde pudesse haver sinais de infiltração comunista, as mulheres organizadas em grupos de pressão levavam seu protesto. (CORDEIRO, 2008, p. 60).

Outras ações da CAMDE demonstram esse poderio de mobilização da entidade. No dia dos pais, em 12 agosto de 1962, a entidade fez circular por todos os jornais do Rio de Janeiro uma fotografia de Pavlik Morozov para servir de alerta aos brasileiros que um filho comunista poderia se desvincular totalmente da família ao ponto de trair o próprio pai (ARQUIVO NACIONALc, 1964). Ainda em 1962, a CAMDE participou com vários delegados do 2º Congresso Interestadual do Sindicalismo e auxiliou os Círculos Operários Católicos na exibição de películas filmicas nas favelas (ARQUIVO NACIONALc, 1964, p.39).

Durante 1963, a CAMDE continuou promovendo movimentos de grande repercussão, como a reunião em menos de uma hora de cerca de 400 senhoras que se dirigiram ao Ministério das Relações Exteriores para denunciar possíveis armas nucleares de Cuba e exigir que o Brasil respeitasse tratados internacionais. Também em 1963, a CAMDE em parceria com UCF enviou ao congresso 50 mil cartas contra a reforma constitucional. (ARQUIVO NACIONALc, 1964, p.39).

Em 1964, antes de se envolverem ativamente nas organizações da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a CAMDE acusou o governo brasileiro de utilizar procedimentos similares a Cuba para selecionar professores de alfabetização incluindo a distribuição de cartilhas comunistas na região Nordeste do país. Para comprovar seu ponto de vista, o grupo de mulheres fez massiva campanha midiática que incluía a publicação de artigos nos jornais e revistas de maior circulação nacional (ARQUIVO NACIONALc, 1964, p.39).

Expediente similar ao da CAMDE era adotado pela UCF em São Paulo com suas campanhas intensas na grande mídia e expressivamente anticomunistas. Em 1962, as senhoras paulistas organizaram um abaixo-assinado de residentes no estado reivindicando a manutenção do regime parlamentarista. As assinaturas foram entregues a Herbert Levy, presidente da UDN que leu o manifesto da UCF durante a

sessão plenária. No texto elaborado pela organização, as senhoras clamavam para que houvesse uma nova oportunidade ao parlamentarismo justificando que o regime não havia operado da maneira correta no país porque os primeiros ministros tinham compromissos assumidos com o presidente da república João Goulart. (O APELO, 1962, p.3)

Outras campanhas apelativas levadas a cabo pela UCF ocorreram nos anos subsequentes, em 1963 e 1964. Um dos exemplos mais notórios foi a reação contra o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba que gerou um manifesto da entidade. No texto, as senhoras paulistas afirmavam levantar suas vozes contra a realização do Congresso porque não se solidarizariam com um regime de opressão, que criou o “paredon”, e que assim como a CGT do Brasil manipulava os trabalhadores. Por fim, as senhoras da UCF apelavam a “deus” para que inspirasse os governantes e proibissem o congresso no Brasil, para que o país não fosse palco daquilo que classificavam como “macabra comédia.” (A UNIÃO, 1963, p. 5).

No ano de 1964 as publicidades da UCF voltaram-se para a convocação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, eram anúncios que mesclavam a convocatória para a manifestação de rua e um manifesto assinado por várias entidades cívicas. (MULHER, 1964, p. 2). A classe dominante e parcela do clero religioso interessados em apoderar-se da imagem idílica das mulheres como “frágeis senhoras”, alimentou os movimentos femininos e paulatinamente os transformaram em organizações de contestação e oposição políticas. Essas senhoras da mais alta burguesia nacional tinham a intenção de atuar politicamente, como esclarecemos ao longo deste texto, mas a campanha anti-Goulart tornou-se prioridade quando passaram a associar o governo a tudo aquilo que elas aprenderam a odiar, ou seja, o comunismo e o ateísmo. Foi este labor ideológico cultivado a longo prazo que desagregou o tecido social brasileiro em três partes, os indiferentes, aqueles que estavam com João Goulart representados pelo comício da Central do Brasil, e aqueles que queriam o fim de seu governo retratados nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

A marcha do autoritarismo: preparativos para o golpe de Estado

Antes que se realizasse a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, houve um longo processo de maturação dos ideários antidemocráticos alimentados pela massiva campanha de opinião pública cujo principal enfoque eram as classes médias e as populações urbanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (IANNI, 1975, p.130). Anteriormente abordamos parte dessas movimentações observando sempre a conexão entre a parcela golpista dos religiosos e leigos católicos, e a classe dominante. Mais uma vez, a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorrida em São Paulo, deixa evidente a participação de membros religiosos que além de emprestarem os elementos agregadores da fé para fins políticos, trabalharam para prover a captação de recursos, a divulgação e a infraestrutura necessária do evento.

No início de 1964, o presidente João Goulart resolveu andar pelas principais cidades do Brasil fazendo uma série de comícios com o intuito de informar os cidadãos e gerar pressão no Congresso Nacional pela aprovação das reformas de base (FERREIRA, 2004, p.32-35). O primeiro dessa série de eventos ocorreu em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, e contou com uma expressiva adesão popular. De

acordo com as informações de Carlos Fico, depois de ouvir cerca de 3 horas de discursos acalorados, finalmente era chegado o momento de Goulart falar diretamente ao público presente (FICO, 2004, p.40-43). O presidente adotou um tom polido na maior parte de sua oratória, mas um escape foi o suficiente para causar um verdadeiro alvoroço que serviu como estopim para a organização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade (FICO, 2004, p.60). A fala foi a seguinte:

(...) não há ameaça mais séria para a democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações.(...) Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena minoria (GOULART, 2009, p. 81-82).

Versão semelhante à descrita por Carlos Fico aparece no primeiro livro publicado após o golpe civil-militar organizado pelos periodistas do *Jornal do Brasil*. Segundo os jornalistas, a ideia da marcha paulista surgiu da freira Ana Lourdes logo depois de encerrado o Comício da Central. Em seguida, uniu-se à religiosa o deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno (PSD-ARENA) e Conceição da Costa Neves (PSD). Foi então que passaram a fazer reuniões para esboçar a manifestação (DINES, 1964, p.131).

Já no primeiro encontro decidiu-se que a data do protesto seria 19 de março, nos festejos de São José, padroeiro da família. Foi também determinado o bordão do evento “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Aos idealizadores uniram-se muitas entidades femininas e cívicas que ajudaram a construir o itinerário da concentração que começou na Praça da República, foi em desfile pelas ruas Barão de Itapetininga, passando pela Praça Ramos de Azevedo, Viaduto do Chá, Praça do Patriarca, Rua Direita e terminando na Praça da Sé. Outras duas reuniões ocorreram, a última delas no dia 18 de março no auditório do Colégio Rio Branco, do Rotary Club (DINES, 1964, p.131-132).

O jornal *O Estado de São Paulo*, em sua edição de 1965 comemorando a Marcha da Família com Deus na capital paulista, também atesta que foi a freira Ana Lourdes a primeira idealizadora da campanha, que nasceu como o intuito de defender o rosário. Segundo consta no jornal, ela teve a ideia enquanto atendia os pacientes do Hospital de São Paulo e assistia à fala de João Goulart. No mesmo dia, a freira teve um encontro com José Carlos Pereira de Souza, Augusto Inácio Bravo e Cunha Bueno, que tinham se deslocado ao hospital para averiguar com Ana Lourdes e outras freiras os problemas da Escola de Enfermagem. Durante o encontro, Ana Lourdes convenceu os demais sobre a necessidade de prover o movimento. Foram então para a casa do deputado Cunha Bueno, onde fizeram algumas ligações (MARCHA, 1965, p.14-15).

Entre os primeiros convites para formar o comitê organizador da marcha estava o nome de André Faria Pereira, presidente do Conselho das Entidades Democráticas, organização que reunia vários movimentos cívicos e que foi fundado em junho de 1963, durante um comício que acusava o governo de estar composto por elementos subversivos. Na ocasião do comício de 1963, André Pereira dividiu o palanque com Adhemar de Barros e Carlos Lacerda.

Boa parte das entidades cívicas foram convencidas por André Pereira para participar das marchas. Com a grande aceitação, instalou-se um comitê organizador na casa do general Agostinho Cortes. Logo após o golpe civil-militar, Cortes se tornaria chefe local do Serviço Nacional de Informações (MARCHA,

1965, p.14-15). Em 14 de março de 1964, reuniram-se as primeiras 50 pessoas que compuseram a organização da marcha na casa da senhora Rosita Peduti Nogueira.

Dois dias depois, uma nova reunião aconteceria no mesmo local na sala do fazendeiro Brás de Assis, estiveram presentes: D. Leonor Mendes de Barros, esposa do governador paulista; Oscar Thompson Filho (Secretário de Agricultura do Estado- SP); Silva Gordo (Secretário da Fazenda-SP); os parlamentares, Arnaldo Cerdeira Carvalho Sobrinho, Herbert Levy, Lauro Cruz, Nicolau Tuma, Conceição da Costa Neves, Atos Vieira, Cunha Bueno, Justino Hirata e Padre Calazans; os vereadores, Dulce Salles Cunha Braga e Padre Caio Alvim de Castro; o rabino-mor da congregação israelita paulista, o senhor Fritz Pinheiro; os poetas Guilherme Almeida, Abreu Sodré, Maria Pacheco Chaves, Ernesto Leme e J.B Isnard (OS PAULISTAS, 1964, p.4).

A mobilização civil crescia principalmente entre o empresariado paulista e seus associados. Foi então que os organizadores da Marcha resolveram buscar uma sede maior para alojar os materiais preparativos. Aventou-se a possibilidade de ocupação das sedes da Federação das Indústrias, Associação Comercial e Sociedade Rural Brasileira. No dia 16 de março, José Carlos Pereira de Souza e André Farias aceitaram a proposta de Sávio Almeida Prado, presidente da Sociedade Rural, e transferiram para a sede da entidade todo o material de divulgação da passeata (MARCHA, 1965, p.14-15).

Resolvida a questão da sede, intensificou-se a campanha de divulgação. O empresário Júlio Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de São Paulo*, colocou o veículo à disposição dos organizadores da marcha. O periódico passou a noticiar cotidianamente a grande adesão da burguesia à passeata. Outro empresário que prestou grandes serviços de divulgação foi José Ortiz Júnior, proprietário de uma litográfica que imprimiu todos os cartazes, gravuras, propagandas e circulares gratuitamente. O material foi distribuído para boa parte dos estabelecimentos comerciais pelo Clube dos Lojistas de São Paulo, que tinha como diretor o empresário José Júlio de Azevedo e Sá que recomendou aos comerciantes a fixação dos cartazes em suas vitrines (MARCHA, 1965, p.14-15).

O apoio do governo do Estado facilitou a presença dos funcionários públicos na marcha, posto que todas as repartições públicas encerraram seu expediente às 15:30 horas (OS PAULISTAS, 1964). Já a presença dos trabalhadores assalariados foi garantida graças ao empenho da FIESP e da Associação Comercial. No dia do evento, o expediente do operariado paulista foi reduzido e encerrado às 15 horas, mantendo-se apenas atividades essenciais nas fábricas. O mesmo aconteceu com os comerciantes que viram sua jornada de trabalho atenuada, já que os lojistas fecharam no horário em que a marcha estava agendada (MARCHA, 1965, p.14-15).

Aos poucos, a ideia da religiosa Ana Lourdes foi ganhando a infraestrutura e a publicização necessária para um grande evento. Isso por conta do empenho da burguesia industrial e comercial paulista que marchou lado a lado com clérigos como: Frei Celso de São Paulo, Padre Calazans, Monsenhor Manuel Pestana e Frei Henrique Maria Pirassununga, conforme consta na lista de organizadores ativos da marcha (MATÍAS, 1964). Não se pode esquecer também da presença de padre Januário Baleeiro, Secretário de Educação e Cultura do governador Carlos Lacerda. Esses clérigos formavam um elo forte entre a Igreja Católica e movimentos da sociedade civil.

Januário Baleeiro que fez ativa convocação das entidades cívicas católicas para a manifestação e confirmou sua presença nas ruas da capital paulista (SÃO PAULO, 1963, p.1), quando assessorado pelos arcebispos de Belo Horizonte e São Paulo, D. Antônio dos Santos Cabral e D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, fundou a Congregação dos Oblatos de Cristo Sacerdote com a finalidade de cuidar de bispos e padres enfermos (CARVALHO, 2018, p.101). O frei Celso, de São Paulo, em 1961, foi um dos mentores da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de Rio Preto e era líder importante da Federação dos Círculos Operários de São Paulo (LAVRADORES, 1963, p.1).

O clérigo Benedito Mário Calazans tem um longo currículo e não atuava apenas na função sacerdotal, sendo também político eleito para o cargo de senador em 1958. Junto com os padres Antônio Godinho, Arruda Câmara e Pedro Vidigal, Benedito Calazans, formava a bancada conservadora do congresso (GASPARI, 2014, p.241). Teve papel tão ativo na organização da marcha que estava na primeira fila da manifestação junto com os deputados Herbert Levy, Conceição da Costa Neves, Ciro Albuquerque, Cunha Bueno, o senador Auro de Moura Andrade e o general Nelson de Melo. Chegando à praça da Sé, o padre discursou aos manifestantes logo depois de lida a prece da mulher brasileira. Findou o momento com a reza da “Ave Maria acompanhado pelo povo terminando com um Ave Maria do Brasil, abafado pelos aplausos.” (VOLTOU, 1964, p. 14-15).

Outro proeminente líder religioso que apoiou a marcha foi o Monsenhor Manuel Pestana, ordenado padre em 1952, tendo concluído o curso de teologia na Universidade Gregoriana, em Roma. Ao retornar para o Brasil, foi constituído coadjutor da paróquia de São Vicente por D. Idílio José Soares, bispo de Santos. Posteriormente, foi professor no seminário diocesano São José, em São Vicente. Na cidade de Santos, tornou-se professor e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Sociedade Visconde de São Leopoldo, onde manteve contato com a Juventude Estudantil Católica (JEC) e com a Juventude Operária Católica (JOC). Foi também em Santos que recebeu o título de monsenhor, honraria papal a um eclesiástico que desempenha funções importantes na Igreja. Elegeu-se bispo por recomendação do pontífice João Paulo II, em 30 de novembro de 1978, e dirigiu a diocese de Anápolis (GO) por 26 anos (CATHOLIC, 2008).

Em entrevista publicada no ano de 1996, D. Manuel Pestana relata ter participado das marchas de modo convicto e que posteriormente a “revolução de 64 foi um alívio.” (BORDONI et al, 1996, p.1) O clérigo afirma que havia uma situação insuportável desde 1963 e que, portanto, a melhor opção era destituir o governo e aderir à opção autoritária:

Sobre o período imediatamente anterior ao regime militar, não se tem mais coragem de dizer nada. Mas 1963 foi horrível. Vivi em Santos. Lá apenas neste ano, tivemos 97 greves (...) A revolução de 64 foi uma revolta popular, porque ninguém mais suportava aquilo. (...) Particpei das marchas de modo convicto. João Goulart não foi tão inocente assim, mas era bastante útil. (BORDONI *et al.*, 1996, p. 1).

Falta ainda salientarmos a contribuição do próprio arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos. É certo que o eclesiástico não compareceu ao ato e isso frustrou a expectativa dos organizadores. (LANGGUTH, 1979, p.95) Mas o cardeal, que também queria proibir que seus bispos e colegiais católicos participassem do ato, acabou sendo demovido da ideia depois de uma conversa com lideranças e organizadores da marcha. Só a ideia de não se opor e de liberar o rebanho para a manifestação

seria suficiente para entendermos que não houve uma oposição tão contundente do arcebispo de São Paulo ao evento (MARCHA, 1965, p.14-15).

Para completar, temos que mencionar a grande recepção que aguardava os manifestantes na Catedral da Sé, principal sede do arcebispado. Ao chegar na praça, os líderes do movimento tomaram a escadaria da Igreja e de lá discursaram seguidos por badaladas dos sinos da torre principal. Houve ainda a recitação do terço dentro das dependências da catedral, contando inclusive com a participação das mulheres da União Cívica Feminina. Para fechar celebrou-se a missa com a presença de vários manifestantes que tinham tomado as ruas momentos antes pedindo o fim do governo de João Goulart (MARCHA, 1965, p.14-15).

Muito embora a participação das figuras religiosas mais proeminentes tenha sido mais bem documentada, é possível perceber o comparecimento de outros membros da hierarquia católica. É o caso da madre Terezinha, citada em entrevista de Paulo Egydio Martins (2007) como uma das idealizadoras da marcha, juntamente com André Faria Pereira, o advogado e líder das entidades cívicas.

É claro. Eu estava lá com minha mulher. Um grupo preparou a marcha, sob a articulação do André Faria Pereira, advogado em São Paulo (...) e da madre Terezinha, que fazia parte da Liga das Senhoras Católicas. Foi um movimento que causou um impacto enorme na opinião pública. (MARTINS, 2007, p. 180).

O impacto a que se refere o empresário não ficou restrito às cerca de 500 mil pessoas que acompanharam a marcha em São Paulo. As passeatas se expandiram primeiro para o interior paulista, depois para as demais capitais do Brasil (BETT, 2010). Havia uma clara estratégia, antes mesmo da marcha paulista ser exitosa, de espalhar as manifestações por todo país como admite a presidente e a secretária da UCF-SP, as donas Acyr Guisard e Maria Paula Caetano da Silva (SESTINI, 2008, p.82). Os números da autora Aline Presot apontam que, entre março e junho de 1964, foram realizadas 69 marchas. Na maior parte delas havia lideranças e organizadores paulistas, mas os protestos tinham a capacidade de anexar elementos culturais e reivindicatórios de cada local que os abrigava (PRESOT, 2004, p.72).

No estado de São Paulo, várias cidades do interior fizeram edições da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Um elemento comum em todas essas produções era a presença de lideranças religiosas, em sua grande maioria padres do clero. No município de Jaú, o padre Joaquim Godoy discursou no palanque principal durante a marcha realizada no dia das mães (ARQUIVO NACIONALc, 1964, p.01). Na cidade de Assis, o evento foi promovido pela Liga das Senhoras Católicas, o bispo D. José Lázaro Neves marcou sua presença e falou aos manifestantes junto com outros padres da diocese (ARQUIVO NACIONALd, 1964, p.3).

Na cidade litorânea de Santos, a organização ficou por conta do deputado padre Vidigal que contou com a ajuda de seu irmão de batina, Marcelino Pires de Carvalho (ARQUIVO NACIONALe, 1964, p.27). Os munícipes de Capivari depois de receberem as bênçãos de padre Eusébio Van Aardweg, vigário da paróquia de São João Batista, percorreram a rua da cidade e se deslocaram em romaria para Aparecida (ARQUIVO NACIONALf, 1964, p.32).

No dia do aniversário de Itu, realizou-se a Marcha da Família com Deus, percorrendo grande parte das ruas da cidade. Ao final, houve a celebração da missa pelo capelão militar padre João Pheney de Camargo (ARQUIVO NACIONALg, 1964, p.1). O município de Jacaréi abrigou outras cidades para sua marcha. Estavam representantes de Santa Isabel, Igaratá, Santa Branca, São José dos Campos, Guararema, Suzano, Ferraz de Vasconcelos e Poá. O clérigo e parlamentar padre Calazans marcou presença junto com os líderes da marcha paulista, os deputados Cunha Bueno e Herbert Levy (ARQUIVO NACIONALg, 1964, p.1).

Após a derrubada de João Goulart, em 31 de março de 1964, as marchas ficaram conhecidas como “marchas da vitória”, sendo que a maior delas ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 2 de abril de 1964, mesma data em que Ranieri Mazzilli declarou vaga a presidência da República, consumando assim o início do regime de exceção. Aliás, nos últimos suspiros da democracia, a Igreja Católica notabilizou-se ainda mais como instituição copartícipe da trama, desta vez sem esconder suas grandes figuras, em outros termos, o alto clero como bem explana Elio Gaspari (2014):

Na grande divisão ocorrida no país em março de 1964, a maior parte da hierarquia da Igreja pendera para o levante. Dera-lhe a base popular da Marcha da Família. D. João Rezende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, abençoara sob o sigilo a rebelião do governador Magalhães Pinto. D. Jaime de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, fora ao ar dia 31 de março atribuindo à Virgem Maria, ao venerável Anchieta e aos quarenta mártires do Brasil a religiosidade e o patriotismo com que se organizava a Marcha da Vitória. Na tarde de 1º de abril, durante a guerra de boatos em torno das movimentações militares, foi o padre Benedito Calazans, senador pela UDN paulista, quem anunciou ao plenário que o general Mourão Filho já entrara no Rio de Janeiro. (chegaria só no fim da noite) e fora ao palácio Guanabara cumprimentar o governador Carlos Lacerda (coisa que não fez). Horas depois, acolitado pelo padre Antônio Godinho, vice-líder da UDN na câmara, tentara anexar o arcebispo de Brasília às manobras a proclamar vaga a Presidência da República (GASPARI, 2014, p. 241).

Incluem-se ainda neste rol importante, os arcebispos de Juiz de Fora e Diamantina, D. Geraldo Maria de Moraes Penido e D. Geraldo Sigaud, que felicitaram o governador mineiro Magalhães Pinto pela condução das tropas e a libertação do Brasil do comunismo (TODOS, 1964, p.7). Até mesmo D. Paulo Evaristo Arns, que se tornaria um grande defensor da justiça social, dos direitos humanos e crítico severo das práticas da ditadura civil-militar posteriormente, manifestou-se positivamente às tramas militares para destituir o governo. Na época, bispo de Petrópolis, D. Arns se deslocou para Três Rios para abençoar a chegada das tropas do general Mourão Filho ao Rio de Janeiro (GOMES, 2014, p.37).

Assim, como admite D. Waldyr Calheiros de Novaes, as Marchas da Família com Deus, em São Paulo contaram com apoio imprescindível dos conservadores e do clero. No Rio de Janeiro a marcha chegou a ser oficializada pela Igreja, mesmo que a CNBB não tenha assumido. Mesmo assim, ficou a cargo de cada bispo local a responsabilidade de assumir ou não o evento (COSTA *et al*, 2001). Fato é que, dois meses após a destituição de João Goulart, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil se posicionaria de forma oficial. No texto além de celebrar o êxito golpista, também externavam seu apoio total e irrestrito ao novo governo instituído.

(...) Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo, porque em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. Aos redermos graças a Deus, que atendeu às

orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e grato somos à quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.(...) (DECLARAÇÃO, 1964, p,6)

Todavia, no mesmo manifesto fica evidente que, logo nos primeiros dias de ditadura a repressão chegou aos religiosos ligados a Ação Católica e ao Movimento de Educação de Base (MEB), era o início da perseguição que se seguiu durante os próximos 21 anos, principalmente dos religiosos adeptos da teologia da libertação. Ainda assim, mesmo diante das primeiras atrocidades, o alto escalão da CNBB optou por saudar os militares e reafirmar seu compromisso com o novo regime. Nos anos subsequentes parte da Igreja Católica se viu empenhada na redemocratização do país, ainda que, até o final da ditadura, fração importante do clero tenha permanecido leal ao regime e disposto a negociar com militares e empresários por via da comissão Bipartite.

Conclusão

O ativo envolvimento de fração importante da Igreja Católica abarcando desde leigos, ao baixo clero até os postos mais altos de cardeais, arcebispos e bispos, nos mostra que não é possível mais tergiversar no reconhecimento de que a fé e os preceitos do catolicismo foram elementares na campanha da classe dominante contra o governo de João Goulart.

As Cruzadas do Rosário em Família, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, as ações políticas das Ligas Femininas e outros conjuntos de manifestações religiosas servem então para demonstrar-nos que havia uma base social disciplinada pela grande campanha de medo, insatisfação e religiosidade, levada a cabo pelo clero conservador, por políticos da oposição, por membros das classes médias, pela porção militar conspiracionista, e principalmente pelo grande empresariado nacional e transnacional.

Essa fração da sociedade brasileira foi incapaz de conviver com o governo de João Goulart e preferiu jogar o Brasil no autoritarismo dos anos de ditadura. Restou à Igreja, como instituição, assumir a sua parcela de culpa 50 anos depois, quando a Conferência dos Bispos do Brasil admitiu que “a tomada do poder naquele ano foi um erro histórico do qual setores da Igreja fizeram parte.” (CNBB, 2014).

Referências:

30 MIL voluntários da Cruzada, de casa em casa, a serviço de Deus e da paz. **O Jornal**, 12754, p. 10. 14 de dez. 1962.

A UNIÃO Cívica Feminina. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, n. 11711, p. 5, 20 mar. 1963.

ADEUS do Padre Peyton ao recife: cruzada na Guanabara dia 20. **Última Hora**, 0093, p. 2. 18 de set. 1962.

ANTCZAK, Richard; GOLDSCHMIDT, Laura. O Padre Peyton e as marchas da família com Deus pela liberdade. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 8, p. 125-136, fev. 2014.

ARQUIVO NACIONALa. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Textos, discurso e recortes de jornais sobre a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Histórico da Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia, 1964.

ARQUIVO NACIONALb. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Recortes de jornais e textos sobre a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco, o Movimento Democrático Mineiro, a União Democrática Assistencial Paulista, o Movimento em Defesa da Democracia de Alagoas e a Ação Democrática Feminina Gaúcha, entre outras, na luta contra o comunismo. Declaração de princípios, 1964.

ARQUIVO NACIONALc. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Grande afluência na Marcha da Família realizada em Jaú. 1964.

ARQUIVO NACIONALd. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Mobiliza-se o interior no repúdio ao comunismo. 1964.

ARQUIVO NACIONALe. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade”, Os Santistas mostrarão nas ruas que a liberdade persistirá. 1964.

ARQUIVO NACIONALf. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade.” Com uma romaria a Aparecida, Capivari realizou sua Marcha. 1964.

ARQUIVO NACIONALg. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Hoje, dia da convenção, Itu realiza também a sua Marcha. 1964.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Tradução: João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BETT, Ianko. **A (re)invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas grandes impresas brasileiras e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. 2010. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2010.

BORDONI, Luis Carlos; SILVA, José Maria; BELÉM, Euler; BARBOSA, Licínio. Entrevista com Dom Manoel Pestana. **Jornal Opção**, Goiânia, n. S/N, p. 1, jun. 1996. Disponível em: <http://porquenaodizem.blogspot.com/2008/12/entrevista-com-dom-manuel-pestana-filho.html> . Acesso em: 23 jan. 2020.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CARVALHO, Samuel José de. **Política e educação no Estado de São Paulo (1963-1964)**: a gestão do secretário Januário Baleeiro. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

CASTRO, Ruy. **Ela é carioca**: uma enciclopédia de Ipanema. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CATHOLIC-HIERARCHY. [S. l], 8 jan. 2008. Disponível em: <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bpest.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CID RECEBE novas adesões de políticos alagoanos à sua candidatura a deputado. **Diário de Pernambuco**, 00206, p. 5. 12 de set. 1962.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A nação que se salvou a si mesma: entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974)**. 2008. 158 p. Dissertação (Mestrado), Niterói, 2008.

COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. (orgs) **O bispo de volta redonda**: memórias de Dom Waldyr Calheiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DECLARAÇÃO dos bispos traz apêlo e analisa conjuntura. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, p. 6. jun. 1964.

DELLA CAVA, Ralph. Política a curto prazo e religião a longo prazo. Uma visão da Igreja Católica no Brasil. **Encontros com a civilização brasileira**, São Paulo, n. 01, p. 242-258, 1978.

- DINES, Alberto *et al.* **Os idos de março e a queda em abril**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.
- DIRETOR de trânsito tem plano com rotas especiais para Cruzada do Rosário. **Jornal do Brasil**, 00286, p. 4. 12 dez. 1962.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. Sexta-Feira 13 na Central do Brasil. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, v. 1, n.5. 2004.
- FICO, Carlos. Com rosário na mão. **Nossa História**, Rio de Janeiro, v.1, n.5. 2004.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GOMES, Paulo Cesar. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Editora Record: Rio de Janeiro, São Paulo, 2014.
- GOULART, João. **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Organização Wanielle Brito Marcelino. Brasília: FUNAG, 2009.
- GOVERNO do Estado de Minas Gerais. **Comissão da Verdade em Minas Gerais**. Relatório/Governo do Estado. Volume 4. Capítulo 7 – Belo Horizonte: COVEMG, 2017. p. 21.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: notas sobre o estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUISOLPHI, Anderson. **As Cruzadas do Rosário em Família e a atuação anticomunista do Padre Patrick Peyton no Brasil (1962-1964)**. 2013. Dissertação (Mestrado), Passo Fundo, 2013.
- IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- INDUSTRIAIS colaboram com A cruz do Rosário em Família. **Diário de Pernambuco**, n. 00186, p. 3. 18 ago. 1962.
- LANGGUTH, A.J. **A face oculta do terror**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LAVRADORES de São Paulo fundam Associação. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, n. 02551, p. 7, 21 set. 1961.
- LOJISTAS homenagearam pres, da A. Comercial. **Diário de Pernambuco**, n.00171, p. 14. 1 ago. 1962.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: L&PM, 1986.
- MARCHA abriu o caminho à Revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 27580, p. 14-15, 19 mar. 1965.
- MARTINS, Paulo Egydio. **Paulo Egydio conta: depoimento ao CPDOC/FGV/ Organização Varena Alberti, Inez Cordeiro de Faria, Dora Rocha**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MATÍAS, Rodrigues. **Marcha da Família com Deus pela Liberdade: um ato de fé numa hora de trevas**. São Paulo: Empresa Gráfica Tietê, 1964.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e Marxismo**. Vol. 2, n°2, jan/jul de 2014.
- MENSAGEM do Padre Peyton será ouvida no mundo todo. **Diário de Notícias**, 12295, p. 15. 16 de dez. 1962.
- MULHER paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 1427, p. 2, 18 mar. 1964.
- MULTIDÃO superlotou o Parque Treze de Maio para ouvir Pe. Peyton. **Diário de Pernambuco**, 00211, p. 3. 18 de set. 1962

- NOTICIÁRIO Internacional. **Diário de Pernambuco**, n. 00137, p. 15-15, 19 jun. 1962.
- NOTICIÁRIO local. **Diário de Pernambuco**, n.00201, p. 11. 19 ago. 1962
- O APELO das mulheres de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 26810, p. 3, 16 set. 1962.
- O APELO das mulheres de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 26810, p. 3, 16 set. 1962.
- O SINDICATO é a defesa dos trabalhadores. **Jornal do Maranhão**: semanário de orientação católica, Maranhão, n. 03098, p. 1, 17 mar. 1963.
- OS PAULISTAS vão promover a Marcha da Família com Deus Contra a Comunização do País. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 16 mar. 1964.
- PADRE Peyton chegou para pregar domingo na concentração da Cruzada. **Jornal do Brasil**, 00287, p. 4, 13 dez. 1962.
- PADRE Peyton. **O Semanário**, 00314, p. 7, 20 a 26 dez. 1962.
- PADRE, Peyton espera um milhão de fiéis hoje na grande concentração. **O Jornal**, 12756, p. 16. 16 de dez. 1962.
- PARKER, Phyllis R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- REUNIÃO dos Capelães Militares. **Diário de Pernambuco**, n.00178, p. 18. 9 ago. 1962.
- ROMANO, Roberto. **Brasil**: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico. São Paulo: Kairós, 1979.
- ROSÁRIO em família faz sucessivas reuniões. **Diário de Pernambuco**, n.00183, p. 15. 15 ago. 1962.
- ROSÁRIO em Família, uma cruzada vitoriosa. **Diário de Pernambuco**, n. 00211, p. 1-1, 18 set. 1962.
- ROSÁRIO luminoso no alto do Corcovado chama povo para grande concentração. **Jornal do Brasil**, 00283, p. 4. 8 de dez. 1962.
- SÃO PAULO em pesô vai tomar parte amanhã na Marcha da Liberdade. **O Jornal**, Rio de Janeiro, n. 13122, p. 1, 18 mar. 1963.
- SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura; tradução Carlos Eduardo Lins da Silva- São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SESTINI, Dharana. **A "mulher brasileira" em ação**: motivações e imperativos para o golpe de 1964. 2008. 129 p. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2008.
- SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família**: As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, ed. 65, p. 390-411, setembro-dezembro 2018.
- STARLING, Heloísa. **Os senhores das gerais**: os Novos Inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- TRANSPORTE gratuito para a concentração do Pe. Peyton. **Diário de Pernambuco**, n.00205, p. 5. 11 set. 1962
- VOLTOU ontem as ruas de São Paulo o espírito de 32; passeata cívica reuniu meio milhão de democratas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 27273, p. 14-15, 20 mar. 1964.

Notas

¹ Mestre em História (PPHR/UFRRJ). Doutorando em História (PPHR/UFRRJ). Membro do LEHI (Laboratório de Economia e História da UFRRJ) e do GTEDB (Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil) <https://gtedb.ufrrj.br/> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2739121398509070> Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0066-4322> E-mail: marlonrodriguesm@gmail.com

Recebido em: 25 de jan. 2024

Aprovado em: 23 de abr. 2024